

A América refém do seu próprio legado

Há momentos em que a História deixa de observar as nações à distância e volta a sentá-las diante do espelho da sua própria fundação. A celebração do 250.º aniversário dos Estados Unidos não é apenas uma evocação histórica, os ideais fundacionais serão submetidos ao crivo eleitoral.

A América encontra-se encurralada pelo seu legado: recusou a submissão imperial, mas tornou-se arquiteta (in)voluntária da ordem mundial. 1776 não legou apenas um ideal de liberdade, mas também o dilema do seu exercício: saber até que ponto a força que a sustenta a pode comprometer.

Persiste a tensão entre a contenção estratégica da Doutrina Monroe e o impulso universalista do *Empire of Liberty* de Jefferson: a prioridade à soberania choca com a vocação externa, num equilíbrio onde a força surge como condição da paz e a liberdade se revela indissociável do custo do seu exercício.

Esta tensão encontra eco na Antiguidade Clássica. Como sugere o livro *Why Empires Fall*, a América espelha o crepúsculo de Roma: a globalização, tal como a *Pax Romana*, fortaleceu as periferias que utilizaram as ferramentas do sistema para o contestar.

Esta dinâmica reflete-se nos eixos de instabilidade que desafiam Washington. A China desfez a ilusão do fim da história e a promessa de uma ascensão pacífica deu lugar à vanguarda tecnológica; na Ucrânia, o revisionismo de Moscovo vinga o trauma da *maior catástrofe geopolítica do século XX*; no Irão, a força impõe-se onde o diálogo falhou em conter a ambição nuclear. O dilema não reside na capacidade da América preservar a sua primazia tal como a conheceu, mas em gerir a inevitabilidade da sua transformação.

Gerir essa transformação impele ao regresso ao alicerce da identidade americana: a Declaração de Independência. Nas palavras do vencedor do Prémio Pulitzer, Jon Meacham, esta confere orientação às provações do presente: “The Declaration is the biblical base of America’s civic religion, offering precept and promise. We return to it in remembrance of battles won (...) and to arm ourselves for battles still to come”.¹

A dificuldade de honrar o que a América foi e o que o mundo espera que seja manifesta-se no espaço entre o que se proclama e o que se pratica. Defendem-se fronteiras estratégicas mas

¹ Meacham, J. (2026, January 6). *The Declaration of Independence still defines America’s purpose*. The Economist. <https://www.economist.com/by-invitation/2026/01/06/the-declaration-of-independence-still-defines-americas-purpose-writes-jon-meacham>

abandonam-se as mais decisivas. Fala-se de segurança mas enfraquecem-se os instrumentos que a garantem. Promete-se estabilidade mas criam-se vácuos que outros preenchem.

Emerge, assim, a variável que dominará estas intercalares: o custo interno da ação externa. Este impõe um teto para a ambição americana e transforma a economia no derradeiro tribunal da geopolítica.

As eleições configuram um momento de clarificação, podendo consolidar o realismo transacional como princípio orientador da política externa. O novo figurino parlamentar revelará se é possível manter a coerência estratégica ou se a fricção entre o Capitólio e a Casa Branca tornou a política externa refém das divisões domésticas.

Observar a América a partir da margem europeia do Atlântico não é um exercício de voyeurismo, mas um imperativo cívico. O que se decide em Washington não conhece fronteiras, e o futuro da ordem internacional depende da capacidade de conciliar o legado idealista com a adaptação a um mundo cada vez menos permeável a esses princípios.

Enquanto atlantista convicta, mantenho a esperança de que os herdeiros de 1776 não se deixem vencer pelo esquecimento, sob pena de o oceano que nos une deixar de ser ponte e voltar a ser fronteira.